



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA,  
REDAÇÃO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº L 240/2025.**

**AUTORIA: VEREADOR NILTON CÉSAR PEREIRA MOREIRA.**

**ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ, ESTABELECE NORMAS PARA A GUARDA  
RESPONSÁVEL, PREVENÇÃO DE MAUS-TRATOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE  
ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EMENTA: PLL Nº L 240/25 – DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ, ESTABELECE NORMAS PARA A GUARDA RESPONSÁVEL, PREVENÇÃO DE MAUS-TRATOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – LEGALIDADE. PROSSEGUIMENTO.

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo (de nº L 240/2025), o qual dispõe sobre a proteção e o bem-estar dos animais no âmbito do município de Macaé, estabelece normas para a guarda responsável, prevenção de maus-tratos e promoção da saúde animal, e dá outras providências. Vindo o mesmo a esta CCJ, passa a mesma – no uso de suas atribuições e competências regimentais, *ex vi* do **art. 26, I, II e III, do Regimento Interno** – a opinar acerca do mesmo, via parecer com vistas à análise de sua constitucionalidade e legalidade, conforme a seguir:

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Macaé – RJ, o projeto em tela segue os moldes dos artigos 128, I c/c 165, I, quanto à iniciativa por Edil desta Casa, e trata-se da modalidade de Lei Ordinária prevista no art. 113, II; já no tocante à redação e à técnica legislativa, cumpre os requisitos do § 2º do referido art. 113 – no que também se baliza no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98. Outrossim, está amparado pelo art. 11, I, c/c art. 69, II, c/c art. 71, da Lei Orgânica Municipal – LOM (de modo que tais artigos permitem respectivamente ao Município legislar sobre interesse local e via proposição de leis – inclusive ordinárias –, e inclusive através de seus vereadores, tudo o que é o caso).



De outra banda, nota-se, quanto à intenções e motivações do Vereador ora Autor do Projeto, o fito de estabelecer regras claras de proteção e bem-estar animal em Macaé, alinhadas à Constituição Federal, à legislação estadual e às leis federais que combatem maus-tratos e promovem a guarda responsável.

Desta feita, quanto aos fins a que se destina, o PLL em comento preenche os requisitos da norma de regência quanto à constitucionalidade e à legalidade, sem prejuízo de servir ao interesse público e da correta redação e técnica legislativa e direitos humanos, tal como cabia opinar quanto ao art. 26, I, II e III do RI desta Casa.

Por conseguinte, não se vislumbra óbice algum quanto à iniciativa do referido projeto. Assim, estando a matéria em conformidade com os ditames legais, na forma do art. 26 c/c art. 35, I do Regimento Interno, esta Comissão **opina pelo PROSSEGUIMENTO** e consequente debate e votação em plenário desta Casa, uma vez que preenche os requisitos necessários para sua tramitação.

Sala das Comissões, 23 de Setembro de 2025.

**Denis Marques Ribeiro Madureira Sabino**

Vereador  
Relator



Vereador	Membros	Voto do Parecer	Assinatura
Professor Michel	Presidente	<input checked="" type="checkbox"/> De Acordo <input type="checkbox"/> Contrário	
Denis Madureira	Relator	<input checked="" type="checkbox"/> De Acordo <input type="checkbox"/> Contrário	
Rond Macaé	Titular	<input checked="" type="checkbox"/> De Acordo <input type="checkbox"/> Contrário	
Manu Rezende	Suplente	<input type="checkbox"/> De Acordo <input type="checkbox"/> Contrário	

Parecer:  Aprovado  Rejeitado